

SV afirma não ter como dar reajuste a servidores agora

Despesa é maior que receita, alega secretária da Fazenda; sindicatos propõem medidas

DA SUCURSAL

Os servidores públicos municipais de São Vicente terão de esperar mais pela reposição de salários. Ontem, em audiência pública na Câmara, uma comissão de secretários municipais confirmou que não há como atender a categoria agora. O anúncio foi recebido com insatisfação por profissionais que participaram do encontro.

“(Há) Aproximadamente, R\$ 50 milhões mensais de receita e R\$ 55 milhões mensais de despesa, sendo que há variação conforme o mês. Assim, estamos tentando equacionar essa diferença. É preciso lembrar que não estamos dizendo não ao reajuste. Mas, neste momento, não podemos concedê-lo. Agora, não dá para prever quando, mas é certo que tem de ter o reajuste”, destacou a secretária de Fazenda, Mirim Cajazeira.

Ainda assim, os presidentes dos sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de São Vicente (Sindservsv), Edson Paixão, e dos Trabalhadores no Magistério e na Educação Municipal de São Vicente (Simtramem-SV), Roberto Ciccarelli Filho, defenderam ser possível que Prefeitura dê ao menos 5% de reajuste a partir de agosto.

Eles têm a expectativa de que o Município continue a equacionar suas dívidas, hoje de R\$ 483 milhões. “Essa progressão abre espaço para negociarmos a reposição das perdas”, disse Edson Paixão.

Ciccarelli confirmou que os



Administração expôs números em audiência na Câmara, ontem à noite. Expectativa é equacionar dívidas

sindicatos reabrirão debate. “Realmente foi comprovada a situação atual da Prefeitura. Mas não vamos aceitar que se corte ainda mais na carne dos servidores”, defendeu.

Os sindicatos, que reivindicam 19,95% de reajuste mais 3% de aumento real (proposta de setembro de 2016), também apresentaram à comissão nove medidas para que o reajuste seja concedido.

São elas: reforma administrativa que reduza o número de

cargos comissionados a até 5% do total de servidores concursados; controle e regulamentação rígidos de gratificações, adicionais e horas extras em todas as secretarias; auditoria externa sobre fundamentos e necessidades das licenças médicas, readaptações, desvios de função e outras cessões administrativas, para melhorar o aproveitamento dos servidores.

Ainda: reorganização das secretarias mediante plano de gestão; suspensão de projetos

que não sejam emergenciais ou não tenham resultados esperados; rescisão imediata de terceirizações que reproduzem funções existentes no quadro de servidores.

Mais: treino do serviço público, para obter eficiência; anulação judicial de leis que geram custo à Administração quando atingem limites de responsabilidade fiscal; e revisão da forma de pagar contencioso por meio de comissão de negociação permanente.